Boletim Específico da Rede Estadual de Educação

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

filiado à CNTE CUT BRASIL

Nº 074 . Gestão 2017/2021 Goiânia, Junho de 2019

Secretária de Educação realiza audiência no SINTEGO

A Diretoria Central e as Regionais Sindicais do SINTEGO, reuniram-se no dia 10 de junho, com a Secretária Estadual de Educação, Fátima Gavioli, na sede central do SINTEGO. "Muitas são as lutas e preocupações a fim de garantir que os profissionais da Educação tenham melhores condições de trabalho e seus direitos garantidos. Estamos na luta e na defesa do plano de carreira, piso, data base e progressões, mas não podemos deixar de lado, assunto tão relevante que é a segurança de nossos profissionais. Desta forma, lançamos no dia 16 de maio, no Colégio Estadual Céu Azul, em Valparaíso, a campanha, "A Educação Pede Paz", envolvendo todas as entidades, de forma a construirmos uma rede de proteção para os trabalhadores/as da Educação", afirma Bia de Lima.

Esta reunião teve como pauta a campanha A Educação Pede Paz, proposta de calendário letivo para 2020, retroativo do Auxílio Alimentação referente a fevereiro, Plano de Carreira e data-base dos/as administrativos/as e o piso, que até o momento não foi pago.

Proposta de calendário para 2020

A secretária de Educação apresentou ao SINTEGO, uma proposta de calendário para 2020 que amplia o recesso no mês de janeiro, garante as férias em julho e uma semana de recesso no mês de outubro que é conhecida pela categoria como "semana feliz", esta semana segundo a proposta será ampliada para todo o estado.

A presidente do SINTEGO solicitou que o mesmo fosse apreciado pela categoria, para posteriormente encaminhar a proposta discutida, considerando as contribuições de todos/as. Assim, as Regionais Sindicais do SINTEGO estarão discutindo nas escolas e colégios, e no dia 25 de junho apresentaremos à SEDUC as sugestões.

Auxílio alimentação retroativo

Segundo a Secretária de Educação será garantido o pagamento do auxílio alimentação retroativo a fevereiro, no julho, conforme negociação feita com o SINTEGO.

Plano de carreira dos Administrativos/as, data base e PISO

Já foi formada a comissão que irá trabalhar no plano de carreira dos/as administrativos/as da Educação. Já a data base depende da discussão que será realizada com a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, com quem também trataremos o piso dos professores, o pagamento das progressões e o pagamento dos salários dentro do mês trabalhado. Continuamos na luta!

SINTEGO cobra o fim da Conta Única e a real aplicação dos recursos da Educação para a pasta

Os governos Marconi e José Eliton tiveram as contas rejeitadas e entre os vários motivos, está o fato da não aplicação dos percentuais constitucionais de 25%, no mínimo, para a Educação, além da destinação de parte dos recursos para o pagamento dos aposentados/as, o que é vedado pela legislação.

Ainda neste aspecto por manter em Conta Única o orçamento que deveria ser da Saúde, Educação e demais áreas. Tais práticas continuam acontecendo no atual governo, mesmo que o SINTEGO tenha cobrado no início do ano, o governador Ronaldo Caiaso, para que as verbas da Educação fossem de fato, para a pasta, descentralizando e colocando fim a Conta Única.

Entretanto, infelizmente não houve mudanças, o controle das verbas da pasta ainda é feito pela Secretaria de Economia, motivo que leva o SINTEGO a buscar agenda com a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, mesmo tendo discutido os assuntos com a professora Fátima Gavioli, secretária Estadual de Educação.

Foram realizadas inúmeras tentativas de audiência com a secretária de Economia para tratar assuntos fundamentais da pauta da Educação que dependem do fim da Conta Única, como piso dos/as professores/as, data-base dos/as administrativos/as e progressões, sem êxito.

Até quando? O SINTEGO buscará discutir com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), no sentido do cumprimento dos preceitos legais para garantir os direitos dos/as trabalhadores/as em Educação de Goiás.

Expediente

Esta é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - SINTEGO . Presidenta: Bia de Lima . **Sec. de Imp. e Divulgação:** Napoleão B. Ferreira da Costa . **Jornalistas Responsáveis:** Juliana Valim DRT/GO 2598 e Laura Braga DRT/GO 3493 . **Assistente de Imprensa:** Déborah Queiroz . **Diagramação e arte:** Luciana Quixabeira . **Fotos:** arquivo Sintego . **Impressão:** Poligráfica . **Tiragem:** 10.000 exemplares.

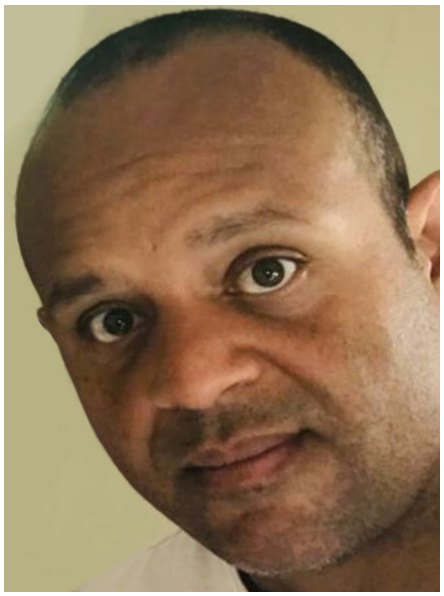
Campanha
A Educação pede Paz

A campanha "A Educação pede Paz" foi lançada pelo SINTEGO no dia 16 de maio, no Colégio Estadual Céu Azul, em Valparaíso. A data marcou o retorno das aulas na instituição após o professor Júlio César Barroso ser morto a tiros por um aluno, na unidade escolar, no dia 30 de abril.

O SINTEGO como representante legítimo da categoria de trabalhadores/as da Educação do Estado de Goiás e como defensor da educação pública de qualidade social, pensando em toda problemática anunciada pelas diversas formas de violência, viu como necessidade urgente a criação do projeto, a partir de uma rede de proteção aos profissionais da Educação, capaz de pensar, propor e refletir junto às comunidades educacionais, bem como, junto ao poder público, caminhos democráticos para a cultura da paz, de forma a conquistarmos juntos uma paz que tenha vez e VOZ.

Veja os objetivos:

- Dialogar com as comunidades educacionais e analisar coletivamente as causas de intolerância e violência entre educandos/as, bem como, entre educandos/as e trabalhadores/as da educação;



- Promover seminário com estudos de casos, com escuta ativa, para construção coletiva de caminhos pela/para a paz;
- Buscar junto ao Poder Legislativo a construção do Fórum Intersetorial: A Educação Pede Paz, que atuará como Rede de Apoio à Comunidade Escolar;
- Efetivar ações intersetoriais por meio do Fórum;
- Provocar as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação, no sentido de garantir formação continuada que abranja temas geradores de conflitos no contexto escolar, tais como: racismo, machismo, misoginia, LGBTfobia, intolerância religiosa, dentre outros que serão suscitados ao longo da realização deste projeto;
- Pensar junto ao Poder Executivo, formas de valorização dos/as trabalhadores/as da Educação, bem como, a recuperação das estruturas físicas e materiais das Escolas;
- Alcançar ambientes que resolvam conflitos de forma respeitosa, assegurando no espaço escolar a segurança e democracia nas relações estabelecidas neste contexto;
- Minimizar reações violentas no ambiente escolar;
- Possibilitar e incentivar relações democráticas no ambiente escolar;
- Construir coletivamente propostas de intervenções na escola para enfrentar a cultura do ódio e as reações violentas;
- Neste sentido propomos a construção coletiva de ações que reestabeleçam as relações democráticas no ambiente escolar.
- A escuta ativa é fundamental neste processo de construção de possibilidades de ações e rearticulação da rede de proteção a todas as pessoas

que circulam no ambiente escolar.

- O SINTEGO propõe escutar a categoria, estudantes e comunidade por meio do SINTEGO ITINERANTE, fortalecendo as propostas apresentadas pela direção central, culminando em um Seminário propositivo de ações em rede para efetivação das propostas apresentadas, fomentando a instauração do Fórum Intersetorial Educação pede Paz.
- Consideramos, neste momento, de fundamental importância a criação de um Observatório da Violência que consistirá em instrumento de registros de denúncias oriundas das Unidades Escolares, artigos relevantes, relatos de experiências e análise de dados coletados.

Querem acabar com seu direito de aposentar!!!

A luta é de todos nós! É urgente que a sociedade não somente conheça, mas se envolva, lute e participe das ações contra a Reforma da Previdência, que foi proposta pelo governo Bolsonaro e, se aprovada, vai acabar com o seu direito de aposentar.

Professores/as, trabalhadores/as rurais, e idosos/as que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são as categorias mais prejudicadas com essa proposta. Se você é professor/a, atualmente, deve trabalhar 25 anos em sala de aula e pode se aposentar com 50 anos. Com a reforma, você terá que atingir 40 anos de contribuição se quiser receber seu salário integral.

Por isto o Brasil parou nesta sexta-feira (14) contra essa reforma, em defesa da educação pública e de qualidade e, por mais empregos. Em Goiás, cerca de 36 cidades realizaram manifestações. Em Goiânia, a paralisação teve início no Coreto da Praça Cívica, com caminhada de todos os/as trabalhadores/as das mais diversas categorias, dizendo NÃO a Reforma da Previdência, dizendo NÃO aos cortes de verbas da Educação e NÃO aos cortes do FUNDEB. Os/as manifestantes seguiram até a Praça do Trabalhador.

"O problema da economia não se resolverá com a Reforma da Previdência, como querem convencer o/a trabalhador/a, isto é um engano! O que esse governo quer, é que você morra trabalhando! É preciso sim que se faça uma proposta de política para o crescimento econômico. Não é cortando recursos da Educação e prejudicando o/a trabalhador/a mais pobre, que sustenta esse sistema e paga corretamente seus impostos que a situação enfrentada hoje pelo Brasil se resolverá, afirma Bia de Lima, presidenta do SINTEGO.

Entre as categorias que cruzaram os braços nesta sexta-feira (14) em Goiás, estiveram os professores, trabalhadores da Educação, da saúde, de água e esgoto, dos Correios, rurais, quilombolas, agricultores familiares, motoristas, cobradores, vigilantes, servidores públicos federais, estaduais e municipais, entre outros, de todas as centrais sindicais.

As manifestações já realizadas em todo Brasil surtiram efeito, logo que a pressão dos/as trabalhadores/as contribuiu para as mudanças já ocorridas na proposta original da Reforma. No entanto, a luta continua! É um pequeno avanço, mas o relatório ainda não é uma garantia, pois não se sabe como será a continuidade do mesmo no plenário da Câmara.

#SINTEGOnaluta

Atos em algumas de nossas Regionais

Regional Sindical de Anápolis

Regional Sindical de Catalão

Regional Sindical de Formosa

Regional Sindical de Itapaci/Crixás

Regional Sindical de Itumbiara

Regional Sindical de Jataí

Regional Sindical de Posse/Alvorada

Regional Sindical de Silvânia

PANCADA!!! IPASGO aumenta a TABELA em mais de 21% para PISO, TETO e AGREGADOS/AS

Foi aprovado ontem (11) por maioria de votos (5 a 4) do Conselho Deliberativo do Ipasgo (CDI), o reajuste em mais de 21%, a partir de julho. O reajuste será aplicado para o piso e o teto e também para agregados/as, que optaram pelo plano por faixa etária, ou seja, por cálculo atuarial. Demais usuários do Ipasgo que optam pelo desconto em folha, a partir de percentual fixo não sofrerão alteração nos valores, pois neste caso, as variações acontecem apenas quando há reajuste nos salários.

No último dia 6, a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, juntamente com outras entidades do Fórum Estadual em Defesa dos Serviços e Servidores/as Públicos de Goiás, se reuniu com o presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, na tentativa de evitar este aumento exorbitante nos valores que os agregados/as pagam ao plano de saúde.

Na ocasião, os representantes das entidades argumentaram não ser justo repassar o problema para os/as servidores/as na forma de um aumento desta magnitude, já que o Ipasgo vive dificuldades como: falta de auditorias, mais de 17 aditivos na construção do hospital do Servidor Público, desvios e má conduta na gestão do plano, débitos que o governo tem com o Ipasgo que somam mais de R$ 300 milhões, entre outras questões que geram problemas seríssimos na saúde do plano.

Assim, os dirigentes sindicais, em posição unânime, afirmaram ao presidente do Ipasgo que enquanto estes pontos não forem resolvidos não é possível acatar os reajustes de alíquota para os/as servidores/as e agregados/as.

Vale ressaltar que não foram apresentados dados corretos e complementares solicitados pelas entidades que comprovem a real necessidade do reajuste para a saúde financeira do Ipasgo. O SINTEGO se posiciona veementemente contra o aumento e, juntamente com demais entidades que compõe o Fórum Estadual em Defesa dos Serviços e Servidores/as Públicos de Goiás, irá recorrer à justiça contra o aumento.

"Somos contra o aumento proposto pelo governo pelo fato de que ele deve mais de 310 milhões para o Ipasgo. Os aumentos aos prestadores são exorbitantes, chegando a alguns em até 45% no ano passado, sem falar nos desvios na Construção do Hospital do Servidor Público, com mais de 17 aditivos, onde a obra ainda não foi concluída. Não é justo que justamente quem paga em dia seja obrigado a pagar mais, a pagar esta conta, o servidor/a não pode ser penalizado por essa má gestão", disse a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

FAIXA ETÁRIA	PLANO BÁSICO	PLANO ESPECIAL
00 - 18	R$ 115,82	R$ 132,58
19 - 23	R$ 146,33	R$ 170,25
24 - 28	R$ 160,43	R$ 189,40
29 - 33	R$ 174,38	R$ 230,57
34 - 38	R$ 191,27	R$ 252,59
39 - 43	R$ 209,87	R$ 276,86
44 - 48	R$ 272,94	R$ 356,50
49 - 53	R$ 312,81	R$ 404,69
53 - 58	R$ 389,14	R$ 447,80
59 ou mais	R$ 506,06	R$ 760,47

	PISO (MÍNIMO)	TETO (MÁXIMO)
PLANO BÁSICO	R$ 94,70	R$ 575,16
PLANO ESPECIAL	R$ 147,13	R$ 855,78